

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêem-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento¹

Sandra Lúcia Rebel Gomes

A proposta deste trabalho é focalizar as transformações que vêm ocorrendo no desenvolvimento das atividades de criação, disseminação e preservação do conhecimento científico, ligando tais mudanças às recomendações e ações preconizadas pelo movimento mundial pelo acesso aberto ao conhecimento – AA.

O avanço ocorrido na área de comunicação eletrônica como decorrência do advento da Internet, torna essencial – conforme apontam diversos estudiosos – uma atualização do modelo tradicional de comunicação, considerando o papel das TIC. (SONDERGAARD; ANDERSEN; HJORLAND, 2003) Como elas alterariam este quadro? Elas aceleram os seus fluxos, modificam a cadeia documentária, suprimindo alguns dos seus elos e suprimem também os suportes da informação. Por meio delas, as fronteiras entre a comunicação formal e a informal são enfraquecidas. Elas fazem nascer novas fontes (algumas são um híbrido de informação e comunicação, como as listas de discussão, os chats etc.) e são responsáveis pelo aparecimento de novos espaços de armazenamento e difusão da informação científica (blogs, bibliotecas virtuais ou digitais e, mais recentemente, os repositórios digitais). Embora seja imprescindível considerar o fato de que bits se deterioram ao longo do tempo, ou seja, a questão da preservação digital requer muitos estudos e ações em função da instabilidade inerente à informação digital, o olhar sobre cada mudança no panorama da informação – desde a escrita

¹ Este trabalho resulta de pesquisa de Pós-doutorado *Diretrizes para a promoção do acesso aberto ao conhecimento científico em repositórios institucionais: dimensões legais, éticas e políticas*, realizada entre agosto de 2012-agosto de 2013, junto ao Departamento de Biblioteconomia da USP, sob a supervisão da Profa. Nair Kobashi.

à imprensa e desta à Internet – revela o ritmo incontrolável desses acontecimentos, por um lado e, por outro, o potencial de tornar mais vasto o alcance da informação e o seu acesso.

Com vistas a entender o cenário atual em que se processa a comunicação científica, procuro ressaltar dois significativos eventos que se encontram relacionados: a chamada “crise dos periódicos científicos”, que tem início nos anos de 1970 e o surgimento, na década de 2000, do movimento AA, como reação aos problemas desencadeados por tal crise. Sublinho também que a utilização crescente das tecnologias da comunicação eletrônica (TIC), em especial a Internet e mais precisamente a Web, por parte dos pesquisadores/autores, atesta as aludidas mudanças no modo como buscam informação, produzem e comunicam o conhecimento que geram. Além destes, um conjunto mais largo de atores (com diferentes papéis) faz uso intensivo das TIC no processo de comunicação científica: editores, profissionais de informação e suas instituições (bibliotecas e arquivos), gestores de C&T, sobretudo no âmbito de políticas governamentais e consumidores finais da informação científica (estudantes, profissionais etc). As tecnologias digitais, acrescento, têm criado mais de uma revolução. Refiro-me, especialmente, à revolução do acesso. Hoje, o movimento AA encontra-se na vanguarda das discussões sobre a comunicação acadêmica na era digital.

Devo ressaltar que a abrangência das reflexões suscitadas pelas propostas e alcance do movimento AA liga-se, em grande parte, ao envolvimento e ao engajamento de importantes atores sociais filiados a distintos campos do conhecimento.² Tais contribuições encontram-se plasmadas em textos de tipologia muito variada: além de artigos publicados em revistas científicas, anais de congressos, livros e capítulos, destacam-se relatórios técnicos e de pesquisa, declarações de cunho científico/político e matérias relevantes publicadas na Internet, em sítios de instituições de ensino e de pesquisa, páginas de pesquisadores, blogs e sítios da grande imprensa internacional.

No tocante ao AA, julgo que os temas aqui abordados, que enlaçam diversos outros afins,³ podem contribuir para a discussão sobre o incremento da produção e difusão da litera-

2 Paul Ginsparg, criador do arXiv.org, pioneiro serviço de armazenamento e difusão de pre-prints inicialmente da área de física e posteriormente ampliado para abrigar outras áreas do conhecimento; Stevan Harnard, uma das principais referências na militância em prol do acesso aberto à literatura científica, fundador *CogPrints*, um repositório de *preprint* na área de ciências cognitivas, e moderador da lista de discussão *American Scientist Open Access Fórum*; Peter Suber, professor do *Earlham College*, Diretor do Projeto *Harvard Open Access Project* e membro do *Berkman Center for Internet & Society*. É também pesquisador sênior da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* – SPARC e Diretor do *Open Access Project at Public Knowledge*; Robert Darnton, historiador do campo da história do livro, diretor da Biblioteca da Universidade de Harvard e fundador do programa Gutenberg-e, apoiado pela *Mellon Foundation*; Eloy Rodrigues, com importante produção sobre a temática do AA, é diretor dos serviços de documentação da Universidade do Minho, Portugal e responsável pela criação e desenvolvimento do repositório desta universidade <<http://repositorium.sdum.uminho.pt>>. No Brasil, destaca-se a relevante contribuição do pesquisador e ativista Helio Kuramoto, que mantém um blog atualizado sobre questões concernentes ao AA no Brasil e no mundo <<http://kuramoto.blog.br>>.

3 São eles, entre outros: dados abertos, recursos educacionais abertos, governo aberto, software livre e de código aberto e ciência aberta.

tura arquivística brasileira, ainda carente de títulos de revistas científicas representativos desta área, para ampliar a comunicação do conhecimento nela gerado. A ênfase na revista científica explica-se por ela constituir-se no mais importante canal para tal difusão, evidenciando, quando é o caso, o surgimento e fortalecimento de uma nova disciplina científica, além de indicar um certo grau de sociabilidade entre os seus assinantes.⁴ Advirto, contudo, que fortalecimento e sociabilidade são efeitos que também dizem respeito a áreas consolidadas.

Ainda no que se refere à atividade editorial no ambiente da ciência, examino o sistema de arbitragem por ser este um mecanismo fundamental para garantir qualidade e legitimidade. Focalizo igualmente aspectos relacionados ao direito de autor. Buscando evidenciar que estes elementos encontram-se implicados com as origens e o surgimento do AA, arrolo: a crise dos periódicos, os elementos que propiciam e explicam a busca de visibilidade por parte dos pesquisadores, e a apropriação privada dos resultados gerados ao final da cadeia de produção do conhecimento científico cujos trâmites, no seu conjunto, são em grande parte financiados com recursos públicos. Trata-se de contradições e problemas percebidos com mais profundidade pelos cientistas, agora em boa parte comprometidos com o movimento AA. Discorro então sobre as ações e recomendações que dele emanam, pois elas influenciam a comunicação no presente e modelam os caminhos futuros.

Ao propor esta discussão no âmbito da área de Arquivologia, desejo assinalar a importância da tomada de posição por parte de pesquisadores e profissionais deste campo do saber quanto à necessidade de ampliação da disseminação de políticas, pesquisa, ensino e desenvolvimento relacionados ao incremento da pesquisa e da disseminação dos seus resultados, sobretudo por meio da literatura científica formal em acesso aberto.

Comunicação científica: a centralidade da revista, o processo de arbitragem e o direito de autor

Consagrados estudiosos da comunicação científica, Meadows (1999) e Ziman (1979) advertem: o primeiro, que a comunicação encontra-se no próprio coração da Ciência, sendo ela tão vital quanto o desenvolvimento da pesquisa e os resultados por esta alcançados; o segundo, “que a literatura sobre um determinado assunto é tão importante quanto o trabalho de pesquisa a que ele dá origem”. Com isto, Ziman (1979) deseja apontar que uma investigação só se completa quando seus resultados são comunicados, sofre críticas e é citado por outros autores, culminando com o “lugar que irá ocupar na mente das gerações futuras”. O autor

4 Segundo Ziman (1979, p. 118) o “carimbo de aprovação de uma nova disciplina é o aparecimento de uma revista especialmente dedicada aos interesses dos seus expoentes”.

acrescenta que o texto impresso formal (se comparado à comunicação informal) exige um “estilo muito mais bem cuidado e explícito, por ser dirigido a um público mais vasto e estar sujeito a uma análise crítica direta”. (ZIMAN, 1979, p. 117)

Uma maneira sucinta de definir a comunicação científica é explicá-la como um processo que envolve a criação, disseminação e preservação do conhecimento científico, destacando-se, em tal processo, os já mencionados canais informais e formais. Os primeiros consistem num conjunto que abrange desde a comunicação oral até a escrita, esta porém prescindindo de avaliação. Os segundos referem-se à literatura revisada (ou avaliada) por pares e aqui acenuta-se a centralidade, no âmbito da comunicação na ciência, da revista científica.

Remetendo-se às suas origens, no século XVII, no seio da *Royal Society of London*, Ziman (1979, p. 117) sugere que a “invenção de um mecanismo por meio do qual os resultados de minuciosas pesquisas podem ser publicadas parceladamente” – a revista – teria sido um passo fundamental “para o desenvolvimento do ‘Método científico’”. Além de mostrar que a preocupação com o tempo, com a velocidade da divulgação dos resultados da pesquisa encontram-se igualmente nas origens e motivação para o surgimento da revista científica, Ziman (1979, p. 120-121) lembra que o ritmo da Ciência, “quando se trata de assuntos em voga, torna às vezes difícil de determinar, com base na literatura já existente, o que é que está, de fato, sendo feito”. Assim, argumentando que deveria ser estabelecida com clareza a distinção entre a comunicação científica formal e a informal, o autor aponta que a velocidade é um valor ditado pela preocupação dos cientistas com a prioridade (a originalidade da descoberta) e também com a exigência de rápida divulgação de descobertas importantes. Ele igualmente assinala que, “sob a camada superficial das publicações oficiais” os cientistas fazem uso de várias redes de comunicação informal – conferências e reuniões, intercâmbio de manuscritos, viagens etc – e que estas são cada vez mais amparadas pelas TIC.

O sistema de arbitragem

Detenho-me agora num importante componente do processo de comunicação científica, relativo à avaliação e, portanto, à validação do conhecimento científico por meio da sua publicação na forma de artigo de revista. Conforme assinala Pessanha (1998, p. 226), a preocupação com a avaliação do trabalho científico mediante o sistema de arbitragem (*referee system*) ou de revisão ou avaliação por pares, é permanente, portanto contemplada por vasta literatura e presente “nos programas dos mais importantes congressos científicos internacionais”.

Sobre o papel dos pares no tocante à disseminação da informação científica, concorda-se que a participação e a avaliação deles são fundamentais – ainda – para definir legitimidade

e qualidade. O modelo de revisão pelos pares consiste no controle da qualidade daquilo que é publicado nos periódicos. Seu início oficial deu-se um século depois do surgimento da revista, mais precisamente em 1753, segundo Charles E. Weld, quando a Royal Society passou a responsabilizar-se formalmente pela avaliação dos textos publicados. (ZUCKERMAN; MERTON, 1971 apud PESSANHA, 1998) Ele foi sendo construído com o passar do tempo, visando a garantir a publicação daquilo que é considerado “aceitável” pela comunidade científica. (MEADOWS, 1999) Trata-se, ainda hoje, da “etapa mais importante da produção editorial de uma revista científica, seja esta impressa ou eletrônica”. (PAVAN, 2008, p. 23)

No processo de avaliação, dois atores estão implicados: o editor científico e o avaliador, cabendo ao primeiro o início e o fim do processo (neste caso, o controle da avaliação dos pareceres) e, ao segundo, cuja adesão a tal sistema é incontestável, assessorar o editor, elaborando o parecer, ou seja, fazendo a avaliação propriamente dita. (PESSANHA, 1998) Tais procedimentos implicam em confidencialidade: os revisores ou avaliadores são anônimos e desconhecem os nomes dos autores. Pessanha (1998, p. 227) lembra que há práticas intermediárias: “os avaliadores conhecem os avaliados, sendo que o contrário praticamente inexistente”. Devo acrescentar que, ao se colocar uma lente para o exame dos procedimentos envolvidos na revisão pelos pares, sob a ótica dos diversos interesses em jogo, não se pode deixar de considerar as críticas que são feitas no presente à falta de transparência no processo.

Ética na pesquisa

Ao lado das preocupações com a forma e conteúdo dos artigos, o processo de avaliação da literatura científica encontra-se cada vez mais às voltas com a questão ética, como adverte Pessanha (1998). Conforme La Follette, (1992, apud PESSANHA, 1998, p. 227) no que diz respeito ao comportamento dos pesquisadores enquanto avaliadores, destacam-se os seguintes problemas éticos: “a emissão de pareceres mentirosos, o retardo na emissão destes e roubo de ideias de manuscritos examinados”. Por parte dos editores e equipe editorial: “forjar ou fabricar fraudulentamente um parecer, mentir para um autor a respeito do processo de emissão de parecer e roubar idéias ou texto de um manuscrito submetido a exame”.

A questão da ética na pesquisa, partindo dos valores propostos por Merton⁵ (1942, apud ANDERSON et al., 2010) ganhou grande expressão a partir da década de 1980, como consequência de inúmeros registros de má conduta nos trâmites da ciência. A opinião de

5 Refiro-me à sua formulação concisa de quatro normas – sentido de comunidade (*communality*), universalismo (*universalism*), desprendimento (*disinterestedness*) e ceticismo organizado (*organized skepticism*) que caracterizariam, sem que pretendesse exaurir, o sistema normativo da Ciência.

pesquisadores sobre o problema da integridade da pesquisa financiada com recursos públicos tem sido reportada em inúmeras publicações desde então. Estes temas, por sua relevância, ocupam lugar na agenda de discussões dos principais países responsáveis por boa parte dos avanços nas atividades em ciência, tecnologia e inovação. Destaco o estabelecimento de um conjunto de recomendações contidas na “Declaração de Cingapura”.⁶ Encontram-se também recomendações em torno da ética na pesquisa em documentos emanados por Comitês de Ética de organismos internacionais, como o Committee on Publication Ethics (COPE)⁷ e nacionais, presentes em diversos países, incluindo-se o Brasil.

Sobre o papel e os interesses dos pesquisadores, enquanto autores, sublinho que estes publicam sem visar o lucro ou a comercialização de sua produção. Com o interesse voltado para a visibilidade do seu trabalho (impacto) e consequente prestígio, tendo os salários pagos por seus empregadores e contando com a infraestrutura proporcionada por suas instituições (quase sempre públicas) e por agências de fomento, tampouco cobram por realizar a avaliação de artigos. Mostra-se aqui evidente uma contradição de fundo ético, já que os editores comercializam com altas taxas de lucratividade a produção científica dos primeiros, financiada em grande parte com recursos públicos, como explicito adiante.

Quanto à visibilidade como conceito, acima mencionado junto à expressão “impacto”, esclareço, ainda que brevemente, que, para os pesquisadores/autores, não basta publicar, é preciso que sejam citados. Ganham, então, visibilidade e, assim, prestígio. Portanto, o prestígio que lhes é conferido mediante a citação, explica por que, historicamente, os cientistas “trocaram” seus direitos de autor por altos fatores de impacto. Enquanto o “Índice H” é uma medida que quantifica a produtividade e o impacto de cientistas, baseando-se nos seus artigos mais citados, o “Fator de impacto” é uma medida que reflete o número médio de citações de artigos publicados em determinado periódico. Ou seja, é empregado para avaliar a importância de um dado periódico no âmbito da área em que se insere.

A crise das revistas e o direito de autor

A circulação da literatura científica talvez nunca tenha sido tão intensa, mas enfrenta restrições que reclamam o exame de diversos problemas e um posicionamento. Um deles é

6 Trata-se da segunda conferência mundial sobre integridade em pesquisa. Ver em <<http://www.singaporestatement.org/>>. A primeira foi realizada em Lisboa, em 2007 <<http://www.esf.org/index.php?id=4479>>. Estas iniciativas contam com o apoio de órgãos como a *National Science Foundation* (NSF), a *American Association for the Advancement of Science* (AAAS), o *US Office of Research Integrity*, a *European Science Foundation* (ESF), a *European Molecular Biology Organisation* (EMBO), o *International Council for Science* (ICSU) e o *Committee on Publication Ethics* (COPE), dentre outros.

7 Ver em: <http://publicationethics.org/category/keywords/plagiarism>.

o alto preço das revistas científicas cobrado pelas editoras comerciais. Este encontra-se hoje num patamar muito elevado, o que tem implicado no cancelamento de assinaturas por parte das instituições. Dados oferecidos pela *Association of Research Libraries- ARL*⁸ sobre a despesa com a aquisição de materiais/publicações científicas, sobretudo periódicos, mostra que esta encontra-se incrivelmente aumentada (mais de 300% em dez anos), onerando dramaticamente o orçamento das bibliotecas de pesquisa. O historiador Robert Darnton (2010, p. 24) no excelente livro “A questão dos livros: passado, presente e futuro”, também oferece um dado expressivo relativo ao orçamento das bibliotecas nos dias de hoje, comprometido também no caso daquelas pertencentes às mais importantes universidades localizadas nos países centrais: “bibliotecas que gastavam 50% do seu orçamento de aquisições em monografias, agora investem 25% ou menos” por causa dos preços abusivos dos periódicos. Por estes ocuparem um lugar privilegiado no processo de comunicação, como venho sublinhando, sua aquisição acaba por determinar os cortes mencionados. Tal situação aponta a urgência de um novo modelo de negócios “que liberte os periódicos científicos da especulação comercial das editoras” (DARNTON, 2010, p. 11) pois esta resulta no cerceamento do acesso aos conteúdos das revistas. Não é demais lembrar que as consequências desse alto preço são diferenciadas em função de como o cientista e sua estrutura científica, o Estado e a sua sociedade, se enquadram na cadeia econômica da ciência. Apenas lembre-se que, nos países periféricos ou semiperiféricos, como é o caso do Brasil, tais consequências, que atingem a todos, são de maior monta. Enfim, apesar disso, há um grande mercado para essas editoras.

Copyright é um conceito legal que concede aos autores o controle sobre determinados usos de suas criações, por períodos de tempo definidos. Limita quem pode copiar, alterar, executar ou compartilhar essas criações. A extensão da duração do *copyright* consiste, portanto, numa barreira significativa interposta ao acesso a textos científicos. Nos últimos cinquenta anos, lembra Darnton (2010, p. 26) o *copyright* dos livros foi ampliado onze vezes. Durante a vigência do direito autoral de uma determinada obra, copiar, tornar público o conhecimento produzido, criar obras derivadas, são direitos cedidos pelo autor aos editores para serem explorados comercialmente. (OLIVEIRA, 2011) Mediante esta cessão de direitos, até mesmo para o autor reutilizar o seu trabalho é necessário pedir a autorização do editor, sem garantias de que a obterá.

Segundo Suber (2012), as necessidades de acesso incluem o alcance de um texto para leitura, o direito de traduzi-lo para outra língua, a distribuição de cópias para os colegas, a utilização do texto para mineração de dados e sua reformatação para leitura, mediante o uso das TIC. Tudo isto implica na permissão do detentor do *copyright*. Portanto, boa parte desta pro-

8 Ver em: <http://www.arl.org/bm~doc/monser06.pdf>.

dução e circulação está sob controle dos editores que, em função de tal concentração, exercem forte influência sobre a disseminação dessa produção. (DARNTON, 2010, FERREIRA, 2008)

Como disse, os autores não recebem dividendos por sua produção. O que esperam e o que os mobiliza é o compartilhamento, a visibilidade do seu trabalho e o reconhecimento. Por isso a prática usual de concederem o *copyright* de sua obra para o editor, que impõe a cessão de tais direitos como condição para publicação. Esta transferência de direitos, volto a sublinhar, resulta em graves restrições que vão de encontro à visibilidade almejada pelos autores junto aos seus leitores e estes, por sua vez, são fortemente atingidos no tocante ao atendimento de suas necessidades de acesso.

O exame da cadeia de produção do conhecimento na ciência, discriminada em três etapas, como será visto a seguir, permite maior entendimento das contradições aludidas e enseja perceber as razões subjacentes ao surgimento do movimento AA, as forças que o fermentam e a amplitude do seu alcance.

A cadeia de produção do conhecimento na ciência: contradições que culminam com o advento do movimento AA

Em estudo realizado pelo Grupo de Políticas Públicas para Acesso à Informação (GPO-PAI) abarcando o período de 2006 a 2011, reportado por Machado; Craveiro (2011, p. 486), os autores consideraram “o debate sobre o equilíbrio entre os direitos público e privado da ‘propriedade intelectual’”, tomando, como principal hipótese de trabalho que

[...] o Estado é de forma direta ou indireta o grande financiador de conteúdos e que, por falta de políticas adequadas de proteção, estes acabam sendo apropriados de forma monopolista pelo setor privado que, dentro de uma lógica de negócio monopolista, bloqueia o acesso a tais obras. (MACHADO; CRAVEIRO, 2011, p. 486)

No mencionado estudo, são discriminadas três etapas envolvidas na cadeia de produção do conhecimento na Ciência. A primeira, referente à produção de conteúdos, corresponde ao conjunto das atividades requeridas pela pesquisa. Esta etapa, portanto, é responsável pelo maior investimento de recursos públicos: “Os principais custos são com salários, laboratórios, pessoal técnico, bolsas e infraestrutura em geral”. (MACHADO; CRAVEIRO, 2011, p. 487) A segunda etapa corresponde à avaliação, pelos pares, dos conteúdos produzidos, ou seja, dos resultados da pesquisa na forma de publicação formal: trata-se de uma atividade igualmente sem ônus para os editores e que é assumida pelos pesquisadores que usam seu tempo

de trabalho para tal tarefa. É somente na terceira etapa, conforme ainda os autores citados, correspondendo à publicação dos conteúdos em si, que se encontra investimento privado. Assim mesmo, esta fase pode envolver algum tipo de financiamento público (por exemplo, taxas cobradas por editoras, pagas com verbas de pesquisa). Resumindo, enquanto o Estado, e portanto o público, contribui com grande parte do investimento, a iniciativa privada detém os direitos autorais e, portanto, define as condições de acesso e circulação de tal literatura.

Esse cenário de contradições é assim resumido por Ortellado; Machado (2006, p. 14): “Temos um modelo no qual o público financia a pesquisa, financia a avaliação por pares e depois financia a publicação. E, a despeito disso, as políticas de acesso são exercidas pelas editoras privadas”.

O quadro até aqui traçado tem despertado reações contundentes por parte da comunidade científica. No sítio do jornal britânico *The Guardian*⁹ (trazendo inúmeras matérias sobre acesso aberto) vê-se o protesto do premiado matemático Tim Gowers que declara, por meio do artigo intitulado *Elsevier – my part in its downfall* (2012),¹⁰ os motivos pelos quais passou a recusar-se a submeter artigos ou fazer revisão para qualquer revista acadêmica publicada pela Elsevier (a maior editora científica no mundo, hoje). Nele, Gowers preconiza uma reação coordenada dos pesquisadores contra a prática de negócios desta editora – os preços exacerbados de assinaturas das revistas que publica bem como o “pacote” de compras de assinaturas que submete às bibliotecas.¹¹ O resultado imediato da publicação do artigo – inesperado para Gowers, conforme declarou – foi a criação do sítio *The Cost of Knowledge*¹² por um, dentre os milhares de leitores que o leram, levando os acadêmicos a registrar o seu protesto contra a Elsevier. Esta iniciativa alcançou grande repercussão e adesão.

Conforme os problemas que se apresentam no referido cenário, são examinadas a seguir algumas estratégias para resolução destes problemas, que, diga-se de passagem, já se encontram em curso. Refiro-me às recomendações e ações preconizadas e desenvolvidas pelo movimento AA, aglutinadas em duas rotas: a verde (repositórios) e a dourada (revistas científicas). Para introduzir essa discussão, abordo primeiro os acontecimentos ligados ao surgimento do referido movimento AA.

9 Ver em: <<http://www.guardian.co.uk>>.

10 Ver em: <<http://gowers.wordpress.com/2012/01/21/elsevier-my-part-in-its-downfall/>>.

11 Nomeado como *Big Deal*, consiste na compra, pelas bibliotecas universitárias, de assinaturas de um conjunto de revistas num pacote determinado pelas editoras que, mediante os contratos impostos às bibliotecas, ampliam extraordinariamente o seu poder de controlar os termos e as condições do mercado da informação. Tais contratos apresentam, inclusive, cláusulas de confidencialidade e exigem dos bibliotecários muita habilidade e persistência para a negociação. Os problemas são de tal monta que a *Association of Research Libraries-ARL* aprovou recentemente uma resolução que recomenda fortemente que as bibliotecas membros ARL se abstenham de assinar acordos que incluam cláusulas de confidencialidade ou sigilo com editores ou fornecedores, tanto individualmente quanto por meio de consórcios. (FRAZIER, 2001)

12 Ver em: <<http://thecostofknowledge.com/>>.

Origens, ações e recomendações do movimento AA: vias verde e dourada

O movimento AA emerge, em âmbito internacional, de forma organizada e com forte conotação política, no início da década de 2000. Mais precisamente, em dezembro de 2001, ocorre uma importante reunião na cidade de Budapeste, da qual resultou a primeira declaração de princípios em prol do AA. No texto da referida declaração¹³ encontra-se

Uma tradição e uma nova tecnologia convergiram para viabilizar um bem público sem precedentes. A antiga tradição é a disposição de cientistas e acadêmicos em publicar o fruto de suas pesquisas sem remuneração, em nome da transparência e democratização do conhecimento. A nova tecnologia é a internet. [...] Por ‘acesso aberto’ a esta literatura, nos referimos à sua disponibilidade gratuita na internet, permitindo a qualquer usuário ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usar desta literatura com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal ou técnica que não o simples acesso à internet. A única limitação quanto à reprodução e distribuição, e o único papel do *copyright* neste domínio sendo o controle por parte dos autores sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser propriamente reconhecido e citado. (BUDAPEST..., [2002])

Consta também que esta é, ao mesmo tempo, “uma declaração de princípios, uma declaração de estratégias e uma declaração de compromissos”. (BUDAPEST..., [2002]).

No ano de 2003, em Bethesda, reuniram-se editores científicos da área Biomédica, concordando com os princípios do AA. No mesmo ano de 2003 ocorreu em Berlim uma outra importante reunião, dela resultando uma declaração reafirmando que a missão da comunidade acadêmica é disseminar o conhecimento científico de forma rápida e em larga escala para a sociedade e sublinhando novas formas de difusão possíveis, especialmente o acesso livre por meio da Internet.

Vale mencionar quatro documentos emanados de outros importantes encontros internacionais: “Declaração sobre o acesso à informação científica” – reunião realizada na Cidade do México em 2003, quando estiveram presentes representantes de 70 academias de ciência de diversos países; “Declaração sobre o acesso aos dados de pesquisa com fundos públicos” – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Paris, 2004; “Declaração sobre o acesso aberto à literatura acadêmica e à documentação de pesquisa” – International Federation of Library Associations (IFLA), 2004, realizada em Haia; “Compromisso do Minho – Países Lusófonos”, ocorrida na Universidade do Minho, Portugal, em 2006.

13 Ver em: <<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/read>>.

Ainda no tocante à historicidade do movimento AA, no que diz respeito ao Brasil, merecem registro as seguintes iniciativas: em setembro de 2005, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) lançou a “Manifestação Brasileira de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica”. Na mesma ocasião, no âmbito do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas, foi lançada a “Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento”; em dezembro de 2005, um grupo de pesquisadores fez a “Carta de São Paulo” e, em 2006, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação de Psicologia (ANPEPP) lançou em seu congresso a “Declaração de Florianópolis” em favor do movimento mundial pelo acesso aberto.¹⁴

Com o objetivo de apoiar e ampliar o alcance da atividade científica e otimizar o acesso aos seus resultados, o movimento AA visa a incrementar a disponibilização, através da Internet, dos resultados de pesquisa científica de forma livre e irrestrita para os usuários da web. Tomando-se as palavras de Harnad (2007, p. x), a principal finalidade do movimento AA é “maximizar o acesso aos resultados de pesquisa, aplicações, impacto e, conseqüentemente, a produtividade na pesquisa e o [seu] progresso”.

Recomendações do movimento AA

As propostas do movimento AA aglutinam-se em duas vias: a via verde, referente à criação de repositórios institucionais e a Via Dourada, voltada para as revistas científicas em AA. A recomendação de que sejam implementadas essas duas estratégias complementares encontra-se explicitada no texto da declaração de Budapeste. Assim, a via verde consiste no auto-arquivamento de artigos em repositórios de acesso público: para isto, autores obtêm permissão – sinal verde – dos editores. A via dourada refere-se a revistas científicas cujo conteúdo esteja em acesso aberto – independentemente do modelo de negócios adotados por estas – e que esta condição seja garantida pelos editores, que também devem permitir o arquivamento dos artigos em repositórios.

É importante acrescentar que as estratégias “ouro” e “verde diferem em, pelo menos, dois aspectos fundamentais [...] nos papéis que desempenham no universo de comunicação acadêmica”, conforme Suber (2012, p. 52) primeiro, revistas em AA e repositórios diferem em sua relação com a revisão por pares. As revistas AA fazem a revisão por pares, enquanto os repositórios geralmente não, embora hospedem e disseminem artigos avaliados pelos pares. Em segundo lugar, revistas AA obtêm os direitos ou permissões que necessitam diretamente

14 Estes acontecimentos foram arrolados por Hélio Kuramoto em seu blog sobre acesso livre. Ver em: <http://kuramoto.blog.br>. Acesso em: out. 2012.

te dos detentores de direitos, podendo gerar permissão para reutilização. Já os repositórios solicitam aos depositantes que obtenham os direitos por conta própria. Mesmo quando os depositantes são os próprios autores, eles podem já ter transferido os direitos fundamentais para os editores.

Ainda sobre os repositórios institucionais, estes nascem como veículo para a difusão informal e veloz da literatura científica, previamente à respectiva validação por pares e rapidamente tornam-se um espaço informacional cujo foco é a produção intelectual de determinada instituição. Representam uma convergência lógica entre as iniciativas de auto-arquivamento,¹⁵ o descontentamento das bibliotecas com o monopólio do sistema tradicional de publicação dos periódicos e a disponibilidade de redes digitais e tecnologias de publicação. Complementares ou “parceiros das revistas científicas eletrônicas de acesso aberto”, os repositórios se apresentam como resposta às demandas “por maior disseminação, acesso, distribuição e preservação do conhecimento científico”. (FERREIRA, 2008, p. 13)

Como venho apontando, nas últimas décadas acentua-se a mobilização da comunidade científica com a finalidade de minimizar o cerceamento que o direito autoral impõe ao compartilhamento de obras intelectuais. Uma forma encontrada para flexibilizar as leis de direito autoral, garantindo, assim, o acesso a uma determinada obra e ao mesmo tempo protegendo os autores que publicam suas obras em modelos abertos, é o uso das licenças livres.

A licença Creative Commons

Dentre as licenças livres existentes, destaca-se aqui a licença *Creative Commons*¹⁶ – CC. Ela é fruto de uma organização sem fins lucrativos, criada oficialmente em 2001 e estabelecida em Massachusetts, com sede na *Stanford University* e origina-se da Licença Pública Geral do sistema GNU da *Free Software Foundation* (FSF), concebido por Richard Stallman. (LESSIG, 2005, p. 255; ORTELLADO, 2002)

Licenças livres ou licenças de uso flexível, como é o caso da CC, são licenças jurídicas que permitem que os autores ou detentores de direitos autorais expressem de forma clara e precisa que sua obra é livre para distribuição, cópia e utilização. Tais licenças fundamentam-se na possibilidade que cada indivíduo tem, como autor ou titular de direito autoral, de permitir o acesso às suas obras, autorizando que outros possam copiá-las, utilizá-las e criar obras derivadas. (LEMOS, 2005, p. 83)

15 Prática de depósito, pelo autor, do seu trabalho em um repositório AA.

16 Disponível em: <<http://www.creativecommons.org.br/>>. Acesso em: abr. 2010.

De acordo com Lessig (2005, p. 255), idealizador da licença CC e um dos maiores defensores do movimento “Cultura Livre”,¹⁷ o principal objetivo desta licença é

Criar uma camada de conteúdo, governada por uma camada de leis de *copyright* racionais, sobre as quais outros poderão construir. As escolhas voluntárias das pessoas e dos criadores irão tornar tal conteúdo disponível.

Para Lemos, (2005, p. 83) CC é um tipo de licença que “cria instrumentos jurídicos para que um autor, um criador ou uma entidade diga de modo claro e preciso [...] que uma determinada obra intelectual sua é livre para distribuição, cópia e utilização”. Ainda segundo Lemos (2005), a ideia da referida licença é permitir a criação de uma coletividade de obras culturais publicamente acessíveis. Na perspectiva da mudança de “todos os direitos reservados” para “alguns direitos reservados”, a licença CC busca atender aos interesses dos titulares de direito autoral nas mais variadas áreas. Assim, o autor ou detentor de direitos autorais poderá optar por uma licença específica que lhe seja mais conveniente. (LEMOS, 2005; LESSIG, 2005)

Dentre as modalidades de licença CC, o modelo “Atribuição” (CC-BY) é o mais adotado internacionalmente, pois é menos restritivo e mais compatível com o movimento AA. Permite copiar, distribuir, transmitir, adaptar e utilizar para fins comerciais o conteúdo dos trabalhos licenciados. Tudo com a devida atribuição à autoria do trabalho, sendo esta a única exigência/restrrição ao seu uso.

Parafraseando Carolina Rossini,¹⁸ já se pode dizer que esta não é mais uma licença alternativa e sim uma forma de gestão da propriedade intelectual que oferece novas perspectivas para o acesso pleno – aberto e livre – à informação científica. Acrescento, baseando-me no pensador Milton Santos (1997), que a licença CC é, hoje, uma ferramenta ou um “objeto científico, técnico, informacional” e político¹⁹ para viabilizar o AA.

Tendo recorrido sobre este importante dispositivo criado para que o titular do direito autoral expresse a sua vontade e disposição de “abrir” a informação para acesso ampliado,

17 Expressão que se refere a culturas que deixam uma grande parcela de seus elementos culturais aberta para que outros possam ter acesso e usar, sem haver a necessidade de pedir permissão para tal. (LESSIG, 2005, p. 28)

18 Em palestra proferida no seminário *Políticas de Informação: avanços e desafios rumo à gestão do conhecimento*, promovido pela VPEIC/Fiocruz. (<http://portal.fiocruz.br/>).

19 Referindo-se à feição de tais objetos, Santos (1997, p. 52) aponta que estes “seriam o produto de uma elaboração social”, portanto diferentes das “coisas, estas sendo o produto de uma elaboração natural”. E acrescenta: “[um] objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. E é, também, informacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso – que é uma informação – e, de outro lado, funciona a partir de informações”. Em nossa visão, à concepção de Santos (1997), podemos acrescentar em relação à licença CC: o objeto é também político, porque é fruto de ação política e porque foi concebido para apoiar e propiciar ações de cunho e efeitos políticos. (SANTOS, 1997, p. 171)

focalizo, então, a declaração BOAI 10.²⁰ Trata-se do documento de proposição dos rumos do AA feito dez anos depois da primeira reunião realizada em Budapeste, que estabeleceu o AA como padrão para “todas as novas publicações científicas com revisão por pares”. (BUDAPEST..., [2012])

O futuro

Para os próximos dez anos, é proposto um conjunto de recomendações²¹ sobre políticas; licenciamento e reutilização; infraestrutura e sustentabilidade; promoção e coordenação. Do conjunto destas recomendações, resumo e aponto as que considero mais expressivas para ilustrar dimensões – legal, política e ética – que distingo como relevantes para que seja percebido o alcance dos acontecimentos em torno do AA: 1) Dimensão legal: em relação às Universidades – todas devem manter um repositório e políticas que assegurem o depósito no repositório designado pela instituição de todos os futuros artigos científicos (com revisão por pares) da autoria dos seus membros. Os depósitos devem ser feitos tão cedo quanto possível, preferencialmente no momento de aceitação para publicação e não após a data da publicação formal. Recomenda-se a licença CC (Atribuição CC-BY) ou equivalente, como a ideal para a publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalho acadêmico. 2) Dimensão política: a campanha mundial pelo AA aos artigos científicos deve trabalhar em maior proximidade com a campanha mundial pelo AA aos livros, teses e dissertações, dados científicos, dados governamentais, recursos educativos e código-fonte. Encoraja-se a experimentação com diferentes métodos de revisão pós-publicação. 3) Dimensão ética: deve-se fazer mais para consciencializar os editores de revistas, os editores científicos, revisores e pesquisadores dos padrões de conduta profissional para publicação em AA, por exemplo, quanto ao licenciamento, processo editorial, apelo à submissão de artigos em AA, identificação de propriedade e gestão de taxas de publicação.

Acrescento, ainda, as seguintes afirmações contidas no documento de recomendações:

O AA beneficia a pesquisa e os pesquisadores, e sua falta prejudica-os; o AA à pesquisa financiada com recursos públicos beneficia os contribuintes e aumenta o retorno do seu investimento na pesquisa. Existem benefícios econômicos bem como benefícios acadêmicos e científicos; o AA amplifica o valor social da pesquisa, e as políticas AA amplificam o valor social das agências de financiamento e das instituições de pesquisa; os custos do AA podem ser suportados sem adicio-

20 Ver em: <http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/boai-10-recommendations>.

21 Ver em: <http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>.

nar mais dinheiro ao atual sistema de comunicação científica; o AA é consistente com as leis de direitos de autor em qualquer parte do mundo, e concede quer aos autores quer aos leitores mais direitos do que os que possuem no âmbito dos acordos de publicação convencionais; o AA é consistente com os mais elevados padrões de qualidade. (BUDAPEST..., [2012])

O crescente desenvolvimento do AA em todo o mundo pode ser aquilatado na consulta aos dados oferecidos pelo *Open Access Map*, projeto desenvolvido pela *Open Society Foundations*.²² Por meio desta iniciativa, pode-se não só obter uma visão geral e atualizada dos números de repositórios e de revistas em acesso aberto em todo o mundo, como realizar pesquisas para obter informações mais precisas sobre as demais iniciativas em torno do AA, como políticas de financiamento, documentos governamentais, mandatos universitários etc.

Conclusão

O AA é amplamente debatido nos parlamentos de grande parte do mundo. Nos Estados Unidos vê-se avançar a formulação de políticas públicas de acesso aberto. Recentemente o governo americano fez publicar um memorando²³ estendendo as medidas de AA adotadas pelo National Institute of Health (NIH) às demais agências de fomento americanas. Trata-se de medida de reconhecido alcance.

O movimento preocupa-se especialmente com os direitos humanos e com a transparência da informação. As leis de acesso à informação, existentes em mais de 90 países, dentre os quais o Brasil – Lei n.º 12.527, sancionada em 18/11/2011, regulamentada pelo Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012 – e que inclusive alcançam a informação científica, são também um acontecimento de cunho político a merecer destaque quando se examina o cenário em tela.

No Brasil, tramita lentamente no Senado da República o Projeto de Lei n.º – PLS n.º 387/2011, apresentado pelo senador Rodrigo Rollemberg,²⁴ que trata da implantação de repositórios nas universidades e institutos de pesquisa brasileiros e da obrigatoriedade de pesquisadores/professores dessas instituições depositarem nos repositórios uma cópia da sua

22 Ver em: <<http://www.openaccessmap.org>>. É apoiado e parceiro das seguintes iniciativas: TakingITGlobal (<http://www.tigweb.org/>); EIFL (<http://www.eifl.net/>); EOS (http://www.openscholarship.org/jcms/j_6/accueil); SPARC (<http://www.arl.org/sparc/>); OASIS (<http://www.openoasis.org/>).

23 Datado de 22 de fevereiro de 2013. Cf.: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/microsites/ostp/ostp_public_access_memo_2013.pdf.

24 Ver em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/05/28/comissao-aprova-disseminacao-de-producao-cientifica-e-tecnologica-pela-internet>>. Acesso em: ago. 2013.

produção científica. Sua aprovação é extremamente importante, pois trata-se de estabelecer uma política nacional de AA. Contudo, o país já conta com algumas importantes iniciativas que formalizam uma política de acesso aberto ao conhecimento²⁵ por parte das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande – FURG (1 jun 2011), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (14 jun. 2011), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – Fiocruz (23 out. 2012) e Universidade de São Paulo – USP (5 nov. 2012). Destaco ainda o Scielo,²⁶ pioneiro na disponibilização de revistas científicas em AA na Internet.

Volto a lembrar e sublinhar que grande parte do conhecimento científico produzido no Brasil é financiado com recursos públicos, por instituições de fomento tais como as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) em diversos estados da federação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Assim, julgo oportuno que as agências financiadoras tenham maior envolvimento com as questões inerentes ao AA, bem como que o setor editorial se abra de forma mais efetiva para usos ampliados de suas publicações, principalmente aquelas que tenham fins educacionais e científicos.

Afirmo que a dimensão legal é central para um maior entendimento do alcance, das perspectivas e dos problemas enfrentados pelo movimento AA e acredito que as dimensões políticas e éticas balizam e contribuem para orientar as medidas para a sua promoção.

A comunicação científica é uma temática nevrálgica, num cenário de transformações provocadas pelas TIC e de demandas crescentes por maior abertura e democratização do conhecimento. Sublinho a importância da intensificação do debate em torno do direito autoral e do compromisso dos pesquisadores de qualquer campo do saber com a ampliação do alcance do AA para fortalecer a produção e a difusão do conhecimento científico. Neste sentido, assim como às demais áreas do conhecimento, cabe à Arquivologia suscitar e abrigar trabalhos que contemplem as novas possibilidades que buscam tornar viáveis o acesso e o uso da informação científica de forma mais efetiva.

Referências

ANDERSON, M. S. et al. Extending the mertonian norms: scientists' subscription to norms of research. *Journal of higher education*, Columbus, v. 81, n. 3, p. 366-393, May 2010.

BUDAPEST open access initiative – BOAI. [S.l.], [2002]. Disponível em: <<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/translations/portuguese-translation>>. Acesso em: out. 2012.

25 Seu registro encontra-se no ROARMAP, sítio desenvolvido pela *School of Electronics and Computer Science* da universidade de Southampton. Cf em: <<http://roarmap.eprints.org/view/geoname/>>. Acesso em: ago. 2013.

26 Cf em: <www.scielo.org.br>.

BUDAPEST open access initiative – BOAI 10. [S.l.], [2012]. Disponível em: <<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/translations/portuguese-translation>>. Acesso em: out. 2012.

DARNTON, R. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERREIRA, S. M. S. P. Repositórios *versus* revistas científicas: convergências e convivências. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. G. (Org.). *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. p. 366-393.

FRAZIER, K. The librarians' dilemma: contemplating the costs of the "Big Deal". *D-Lib Magazine*. Reston, v. 7, n. 3, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/march01/frazier/03frazier.html>>. Acesso em: ago. 2013.

HARNAD, S. Entrevista com Stevan Harnad. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, 2007. Edição especial. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/647/518>>. Acesso em: 18 set. 2010.

LEMONS, R. *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LESSIG, L. *Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. São Paulo: Trama, 2005.

MACHADO, J. A. S.; CRAVEIRO, G. S. *Reprodução Proibida: financiamento público e direitos de cópia privados*. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 485-509. set. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/441/327_2011>. Acesso em: set. 2011.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

OLIVEIRA, F.V. *A Licença creative commons e a comunicação científica: a questão dos periódicos eletrônicos de acesso aberto*. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ORTELLADO, P. *Por que somos contra a propriedade intelectual?* [S.l.]: Centro de Mídia Independente, 2002.

ORTELLADO, P.; MACHADO, J. A. Direitos autorais e o acesso às publicações científicas. *Revista Adusp*. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 1-10, 2006.

PAVAN, C. *Práticas sociais na comunicação científica: a avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de ciência da informação*. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PESSANHA, C. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 226-229, maio/ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: ago. 2013.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SONDERGAARD, T. F.; ANDERSEN, J.; HJORLAND, B. Documents and the communication of scientific and scholarly information: revising and updating the UNISIST model. *Journal of Documentation*, London, v. 59, n. 3, p. 278-320, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SUBER, P. *Open access overview: focusing on open access to peer-reviewed research articles*. [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>>. Acesso em: ago. 2013.

SUBER, P. *Open access*. Cambridge: The MIT Press, 2012. Disponível em: <http://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262517638_Open_Access_PDF_Version.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

